



## Estamos chegando perto do Fim do Mundo?

Humberto Dantas <sup>1</sup>

A imprensa cria termos que findam se cristalizando em diversas situações. Por exemplo: no mundo do boxe, quantas vezes se ouviu falar na “luta do século”? Na política não é diferente. Grandes reformas são chamadas de “Mãe de Todas as Reformas”. E a atual CPI do Senado que tem como tema central o enfrentamento governamental ao Covid-19 já tem sido chamada de a “CPI do Fim do Mundo”, como forma de dizer que o presidente Jair Bolsonaro terá severas dificuldades de passar por essa investigação sem ter sua imagem fustigada, seu governo questionado e seu mandato ameaçado. Existe mesmo motivo para tamanha preocupação? Sim. Mas isso precisa ser entendido como algo mais amplo que a simples capacidade de um terço dos senadores capturarem assinaturas para a abertura de um procedimento legislativo dessa natureza que legalmente existe no Brasil desde o Império, corroborado pelas Constituições desde a edição de 1934. Entender esse contexto é essencial.

Comissões Parlamentares de Inquérito são instrumentos de fiscalização do Poder Legislativo em relação a determinada temática de interesse de ao menos um terço dos membros de uma dada casa parlamentar. No Congresso Nacional ela pode ser da Câmara, do Senado ou mista. Especialmente no caso da CPI que tem incomodado o Planalto, a iniciativa nasceu entre os senadores. E aqui não existem muitos mistérios: um ou mais parlamentares criam um documento que precisa da assinatura de ao menos um terço dos pares. Se esse número for atingido, apresenta-se o pedido de abertura da comissão à Presidência da Casa. Em alguns parlamentos existe limite de comissões de inquérito funcionando ao mesmo tempo. Por exemplo: na Câmara esse total não pode ultrapassar cinco. Sabedora desse limite, na Assembleia Legislativa de São Paulo não é incomum que no início de cada legislatura uma horda de simpatizantes do governo protocole, com direito a gente

dormindo na fila às vésperas do dia de início dos trabalhos parlamentares, um enxame de pedidos de investigação sobre temas que passem longe de ameaçar o Poder Executivo. E aqui está o primeiro desafio atual: o Senado não tem limite máximo de funcionamento simultâneo de CPI's.

Nesse caso, o governo poderia correr atrás dos parlamentares que aderiram, ou tinham potencial de aderir a uma CPI que lhe incomoda, para negociar tal posicionamento. Mas aqui está outro problema: falta articulação eficiente ao Planalto desde que Jair Bolsonaro chegou ao poder. O Legislativo, assim, tem se mostrado mais potente. O que o Executivo não faz, o Legislativo, e até mesmo o Judiciário, tendem a realizar. Foi assim que Randolfe Rodrigues (Rede-AP) arrebanhou colegas e apresentou o pedido de investigação sobre a forma como a Presidência tem tratado questões ligadas ao combate ao Covid. Começou o caos.

A ação teve início em janeiro, em meio à crise da falta de cilindros de oxigênio no Amazonas – ironicamente o estado que concentra a maior parte do espaço Amazônico, apelidado de pulmão do mundo. Entre este início de coleta de assinaturas, que ultrapassou os 27 senadores necessários, atingindo 33 - 32 a partir do falecimento de Major Olímpio, senador do PSL de São Paulo vítima do Covid-19 -, e a instalação da comissão, o que se viu foi a eleição para a definição da Mesa Diretora do Senado.

A vitória de Rodrigo Pacheco (DEM-MG) reuniu os interesses do Planalto e do antigo ocupante do cargo, senador Davi Alcolumbre. O pleito se deu de forma bastante previsível, e um dos termos de um suposto acordo era blindar o Poder Executivo de iniciativas que tratassem de um processo de *impeachment* e ou de

<sup>1</sup> Humberto Dantas – cientista político, doutor pela USP e parceiro da KAS



ações que abalasses a imagem do presidente da República. Tudo parecia dar certo quando no terceiro mês abafando a CPI, o Judiciário entrou em cena.

O ministro Barroso (STF) tem se notabilizado, a exemplo de seus colegas, por um ativismo bastante preocupante em matéria de reinterpretção criativa de regras, pressão por execução de políticas públicas e mudanças em julgamentos. É exagerado, de acordo com uma série de estudos da Ciência Política, o papel ativo do Judiciário no Brasil. A despeito de tal aspecto, aqui a corte se mostrou equilibrada aos olhos da lei. Não cabe ao presidente do Senado postergar ao infinito a instalação de uma CPI. Por mais que interesses políticos possam estar em jogo e determinarem o ritmo dos trabalhos, existe uma lógica ritualística que não parece dar margem a nada diferente de: uma vez reunidas as condições procedimentais e sem qualquer barreira no Senado que limite o total de funcionamentos de comissões, a CPI precisa ser instalada.

Diante da exigência jurídica Pacheco afirmou publicamente que não seria ele a desrespeitar as exigências “um segundo sequer”. O discurso não se transformou em prática contundente, e na semana marcada pelo feriado de 21 de abril o presidente do Senado postergou o início dos trabalhos. Não sem antes promover a leitura de instalação, o que permitiu aos partidos indicarem seus membros titulares e suplentes seguindo a lógica de proporcionalidades no interior do parlamento. Aqui, mais uma vez, caberia ao Planalto agir para consolidar um grupo mais afeito aos seus interesses, garantindo a presidência do organismo e, principalmente, a relatoria dos trabalhos. Mais uma vez a articulação não funcionou. Bolsonaro vive sob o foco de múltiplos incêndios em sua relação com o Legislativo. Não existe apenas a questão da CPI, mas também a definição do orçamento de 2021. A conta dos interesses em jogo não fecham.

Diante de tal aspectos, o PSD, por exemplo, que se mostra governista no Congresso Nacional e tem um deputado federal como ministro das Comunicações, indicou parlamentares baianos para a vaga de titular e suplente que possui na CPI. Esse é um bom exemplo do quanto não estaria afinado à Presidência. O PSD da Bahia é

um segmento da legenda próximo ao PT e ao governo estadual. O DEM esperou várias definições para lançar seus nomes, sugerindo que as negociações estariam abertas. O PSDB acionou o cearense Tasso Jereissati, que a partir de então se tornou um dos presidenciáveis do partido para 2022. Ao todo, dos 11 titulares, 10 são de estados do Norte e Nordeste. E a partir de então uma nova batalha surgiu.

Quem ocuparia a presidência? Em tese, informalmente, o senador que deu início à coleta das assinaturas. Para Bolsonaro o nome de Randolfe Rodrigues seria uma derrota. A tentativa de contenção foi agressiva, e o presidente chegou a dizer que o amapaense é “um bosta” e que teria que “sair na porrada” com ele – as afirmações aparecem numa gravação telefônica feita pelo senador goiano Jorge Kajuru. Após a polêmica e as dúvidas sobre as intenções do vazamento da conversa, o parlamentar foi expulso do Cidadania e se filiou ao Podemos. Rodrigues ficou como vice-presidente da CPI e o grupo deve ser encabeçado por outro membro do PSD – Omar Aziz, que já governou o Amazonas. Ainda restava a relatoria, e muitos se surpreenderam com a volta de Renan Calheiros (MDB-AL) aos holofotes. Bolsonaroistas foram ao ataque, o senador afirmou que o Executivo pagaria caro se tentasse conter nomes e atividades na comissão e as mágoas trazidas pela derrota do alagoano no pleito para a definição da Presidência do Senado em 2019 podem vir à tona. Restava ao Planalto tentar enquadrar governadores e prefeitos como alvos principais da CPI, afirmando que esses agentes não se utilizaram bem das verbas federais destinadas à pandemia. A ação divide o Senado entre aqueles que parecem concordar com a abordagem, em tom muito claro de negociação com o Planalto, e os representantes que falam em independência. Resta, diante de toda a incapacidade de o Executivo perder seguidas disputas nesse universo, a pergunta final: é mesmo o Fim do Mundo?

*As opiniões externadas nesta publicação são de exclusiva responsabilidade de seus autores. Não são necessariamente opiniões da Fundação Konrad Adenauer.*